

**Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro
(Muge, Salvaterra de Magos) ¹**

João Pimenta - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Henrique Mendes - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Ana Margarida Arruda UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
Elisa de Sousa UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
Rui Soares UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

1. Introdução: localização e implantação

A importância científica do Porto do Sabugueiro, Muge (CNS – 2693), é considerável, sendo reconhecida nacional e mesmo internacionalmente. Contudo, o conhecimento sobre este notável sítio arqueológico é ainda escasso, apesar de ter sido alvo de distintos trabalhos arqueológicos, de prospecção e de escavação, desde a sua descoberta, por Mendes Correa, nos anos 30 do século passado. Nos cadernos de campo do Professor do Porto, pode ler-se: “No Porto de Sabugueiro, a N. de Muge, à beira do Tejo, encontraram, há pouco mais de 20 anos, ao fazer um cano, arcarias de tijolo, talhas, moedas pequenas, um esqueleto de bruços, muitos tijolos e telhas”.

Por isso mesmo, pareceu pertinente elaborar uma síntese sobre a sua ocupação que tivesse em consideração não só os dados já publicados, mas também os que resultam dos estudos que, nos últimos anos, temos vindo a desenvolver, nomeadamente os decorrentes da reanálise de espólios recolhidos e depositados em diversos museus e instituições e dos trabalhos de prospecção arqueológica e de escavações programadas. Com esta síntese pretendemos traçar, em linhas gerais, o quadro da evolução humana deste espaço, ao longo de uma ampla diacronia, que se estende desde a Pré-história até à Antiguidade Tardia.

O sítio, localizado no Concelho de Salvaterra de Magos, freguesia de Muge, implanta-se na margem esquerda do Tejo, na confluência deste com a vala de Alpiarça, encontrando-se materiais arqueológicos à superfície do terreno, numa vasta área com cerca de 25 hectares, para Norte e para Sul do lugar de Porto de Sabugueiro. Trata-se de um sítio ribeirinho, plano, de baixa altitude e com poucas descontinuidades altimétricas, entre os 5,5 e os 8 metros (Fig. 1). As suas coordenadas geográficas, lidas na CMP 1:25000, n.364, são: Longitude N: 39° 12' 68''; Latitude W: -8° 70' 98''.

Parece importante começar por recordar que a fertilidade da planície aluvial do Tejo justifica a intensa e extensa exploração agrícola também dos campos onde o sítio se implanta, levada a efeito, desde há muitos anos, e até à actualidade, pela Casa Agrícola do Cadaval. Tal situação teve, como se verá, grandes

¹ Trabalho realizado no âmbito do Projecto (FETE – Fenícios no Estuário do Tejo - PTDC/EPH-ARQ/4901/2012)

impactos sobre o subsolo, constituído por sedimento de matriz arenosa, o que dificultou também a conservação dos níveis de ocupação. Ainda assim, e apesar destes constrangimentos de base, consideramos que existe informação suficiente que permite compreender o tempo da ocupação antiga e apresentar propostas para as modalidades em que esta se desenvolveu.

2. Trabalhos arqueológicos no Porto de Sabugueiro: breve resenha

Em artigo recente (Pimenta e Mendes, 2008), dois de nós tiveram oportunidade de descrever, com detalhe, os trabalhos de prospecção e escavação de que o sítio foi alvo, desde a primeira referência publicada por Mário de Saa, nos anos 50 do século passado (Saa, 1956).

Ainda assim, merecem aqui destaque as descobertas dos anos 60 do século passado (Oleiro, 1960-61; Alarcão, 1987), que evidenciaram a existência da ocupação romana da área, de tipo villa, o que foi sugerido pela presença de um mosaico e dos materiais que lhe estavam associados, o que confirmava as referências de Mário de Saa e fornecia outra leitura aos espólios que integram as colecções da Casa do Cadaval. Em meados da década de 80, Guilherme Cardoso teve a oportunidade de identificar uma área de produção de ânforas no local (Cardoso, 1990; Cardoso e Rodrigues, 1996). A morfologia dos contentores permitiu avançar com uma cronologia de produção em torno ao século I e II d.C..

Já na primeira década deste século, dois de nós (J.P e H.M.) regressaram ao sítio, tendo as prospecções que concretizaram possibilitado também a detecção de espólios pré-romanos (Pimenta e Mendes, 2008). Os mesmos arqueólogos viriam a efectuar sondagens no local, tendo confirmado a ocupação pré-romana e encontrado uma muito expressiva quantidade de espólios romano-republicanos (Pimenta e Mendes, 2013).

No Verão de 2013, procedeu-se, no âmbito do Projecto (FETE – Fenícios no Estuário do Tejo - PTDC/EPH-ARQ/4901/2012), a uma escavação arqueológica no Porto de Sabugueiro, tendo sido intervencionada uma área de 51 m², dispersa por várias sondagens localizadas em distintos locais (Fig. 2).

Nesta breve introdução parece importante referir também que os terrenos onde o sítio se implantou são, desde há muito, alvo de intensa actividade de “caçadores de tesouros”, o que resulta na existência de amplas colecções particulares, que incluem todo o tipo de espólios de amplo espectro cronológico. Por outro lado, a área foi também, ao longo dos anos, visitada por vários arqueólogos que depositaram em diversas instituições materiais com origem no Porto do Sabugueiro. Ainda há a referir o facto de a exploração de areias do Tejo ser, neste local, uma actividade particularmente intensa, sendo responsável também pela recuperação de inúmeros materiais arqueológicos.

A estória da descoberta do sítio e das diversificadas intervenções arqueológicas que nele ocorreram justifica a dispersão de materiais por várias instituições, nomeadamente:

Museu Hipólito Cabaço, Alenquer;
Museu Monográfico de Conímbriga;
Museu Municipal de Vila Franca de Xira (coleções antigas);
Museu Nacional de Arqueologia;
Museu Geológico, Lisboa;
Casa do Cadaval.

3. A ocupação pré-histórica

São escassos os dados relativos à ocupação pré-histórica do Porto de Sabugueiro. Contudo, os recentes trabalhos de prospecção e escavação permitiram recuperar informação compatível com cronologias do mesolítico e do neolítico, que se encontram atestadas por instrumentos de sílex, como é o caso das lame-las e dos micrólitos, a primeira (Fig. 3), e de pedra polida, concretamente machados, enxós e goiva (Fig. 4), a segunda. As referências à Pré-História do local, mencionados por outros autores (Rolão, 1999; Lucas e Ferrari, 1993), ficam, assim, confirmadas, mesmo que tais espólios, agora como aparentemente antes, não sejam provenientes de quaisquer níveis primários de ocupação e que as peças estudadas anteriormente remetam para uma ocupação de um momento mais antigo da Pré-História.

4. A ocupação pré-romana

Ao contrário do que acontece com a ocupação pré-histórica, a Idade do Ferro está particularmente bem documentada, materializando-se em espólios abundantes e diversificados. Contudo, mesmo admitindo que o sítio foi frequentado durante o 4º e o 3º milénios a.n.e., não parece provável que a ocupação sidérica esteja na continuidade da que correspondeu à Pré-História. De facto, entre os milhares de fragmentos cerâmicos e líticos recolhidos em Porto de Sabugueiro, não existe, até ao momento, qualquer elemento que permita supor uma ocupação da Idade do Bronze, o que pressupõe uma fundação ex nihilo, em torno à primeira metade do 1º milénio a.n.e.

Esta fundação foi devidamente reconhecida em trabalhos de campo, quer de prospecção quer de escavação (Pimenta e Mendes, 2008, 2013), confirmando-se assim os dados que a presença de um escaravelho e de um escarabóide já deixavam antever (Pereira, 1975). Estes dois artefactos, recolhidos na década de 30 do século XX por Hipólito Cabaço e depositados no Museu de Alenquer, apresentam cartela com praenomen do faraó Thutmosis III (XVIII dinastia) e devem datar entre os meados do século VII e o VI a.C. (Arruda, 1994a; Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009) (Fig. 5). Não se conhecem as condições do seu achamento, nem, naturalmente, o seu contexto original, não sendo contudo impossível pensar que integravam o mesmo lote composto por contas de colar de vidro azul, uma das quais oculada a branco

(Fig. 6), e outros materiais cerâmicos da Idade do Ferro, igualmente depositados no Museu de Alenquer.

Outros materiais da Idade do Ferro foram, como já dissemos, recolhidos na prospecção e escavação efectuadas por dois de nós (J.P. e H.M.) em 2008 e 2010, respectivamente (Pimenta e Mendes, 2008, 2013), assim como na escavação de 2013, concretizada no âmbito do projecto que temos em curso sobre a ocupação orientalizante do estuário do Tejo. Infelizmente, deste muito abundante espólio apenas uma minoria foi encontrada em níveis estratigráficos conservados. Por outro lado, também não se tornou possível a detecção de quaisquer estruturas construídas.

Ainda assim, os materiais merecem, no seu conjunto, um comentário, parecendo importante começar por salientar a sua abundância e diversidade. Entre as cerâmicas, destacam-se as ânforas que são muito abundantes e apresentam características que permitem admitir uma produção local. Maioritariamente, correspondem ao tipo 5 da tipologia recentemente elaborada para o estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, no prelo), tipo cujo fabrico (Grupo II) foi, desde logo, considerado como oriundo da sua área interior (Ibidem). A forma é até ao momento exclusiva do sítio, o que parece comprovar a sua produção no local, apesar da ausência de dados estratigráficos dificultar a atribuição de uma cronologia segura, que contudo, considerando as suas características morfológicas parece ser tardia no quadro da produção anfórica do vale do Tejo, século IV e, eventualmente, III a.n.e. (Fig. 7). Outras variantes da mesma tipologia estão também atestadas, nomeadamente as que os autores classificaram de 6 e 7 (Fig. 7).

Outras ânforas, mais antigas e importadas, fazem também parte do conteúdo dos inventários. Trata-se de peças integráveis no tipo 10.1.2.1. de Ramon Torres, cujos centros produtores se localizaram na costa mediterrânea da Península Ibérica. Uma cronologia do século VII/VI a.n.e. parece defensável, atendendo aos detalhes morfológicos que apresentam (Fig. 8).

A mesma origem e cronologia podem ser atribuídas aos fragmentos de bordo e asa de vasos de armazenamento pintados em bandas de tipo pithoi e à urna Cruz del Negro (Fig. 8) bem como aos pratos e taças revestidos por engobe vermelho (Fig. 9).

Pela sua raridade no território português, merece especial referência o vaso trípode (Fig. 9), cuja presença está documentada por exemplo em Castro Marim (Arruda, 2002). A função exacta destes recipientes, presentes em exclusividade em sítios relacionados com a colonização oriental, com três pés, curtos, mas destacados, e de secção rectangular é ainda alvo de discussão, mas a hipótese mais consensual é a de que se destinavam à trituração, funcionando como uma espécie de almofarizes, ainda que o produto triturado permaneça uma incógnita.

A cerâmica cinzenta é também abundante, sobretudo na sua forma mais comum nesta produção, a tigela de bordo invertido e engrossado (Fig. 9).

Este conjunto de materiais, que se junta ao escaravelho e escarabóide egipcizantes, com origem em Nau-

crátis, e até a algumas das contas de colar de vidro, especialmente às oculadas, obriga a considerar uma ocupação sidérica de características orientalizantes no Porto do Sabugueiro, certamente relacionada com o processo de chegada e instalação de populações semitas ao extremo ocidente, e mais concretamente ao estuário do Tejo. Este processo, iniciado ainda no século VIII a.n.e., como ficou atestado em Lisboa e em Santarém, desenvolveu-se nas margens do grande rio a partir dos finais do século VII/inícios do VI, ainda que certamente se organize em função dos grandes povoados de altura (Lisboa, Santarém, Castro do Amaral, Alto do Castelo), que controlariam política e administrativamente o território. Contudo, o sítio de Muge destaca-se entre o povoamento ribeirinho da margem esquerda, povoamento que integra ainda o Cabeço da Bruxa, em Alpiarça, a Quinta da Alorna e o Alto dos Cacos em Almeirim, pela extensão e sobretudo pela diversidade dos seus materiais.

Se esta ocupação inicial terá tido função portuária e de controle da via fluvial que o Tejo representava, a sua funcionalidade diversificou-se ao longo da Idade do Ferro, tendo, a partir da segunda metade do 1º milénio a.n.e. e até à chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo, adquirido uma posição de destaque no que se refere à produção artesanal. De facto se o fabrico de ânforas parece ser um dado inquestionável, o mesmo se pode dizer para o de artefactos de vidro, havendo evidências, ainda que indirectas, da sua produção local. Com efeito, a extraordinária abundância, rara e excepcional, de contas de colar de vidro azul, algumas com deficiências de fabrico e outras ainda inacabadas e a existência de escória de vidro obrigam a colocar esta possibilidade.

Para além das cerâmicas e dos vidros, devem também mencionar-se alguns metais, de que se destaca um pendente de bronze em forma de sanguessuga, que deve ter feito parte de um colar de tipo xorca (Fig. 10). Os dados actualmente existentes sobre a Idade do Ferro do Porto de Sabugueiro permitem ainda outro tipo de considerações, que se prendem com as diversas actividades funcionais da área em análise. As informações recolhidas junto da população local dão notícia da descoberta de urnas tapadas com tigelas ou pratos, o que indicia a presença de uma necrópole, certamente de incineração, não sendo improvável que seja nesse ambiente que os escaravelhos tenham tido origem. Será presumivelmente também com essa mesma necrópole que podem relacionar-se algumas das contas de colar, concretamente as oculadas, e ainda o pendente de bronze em forma de sanguessuga, ainda que saibamos que quer estes quer aqueles podem ser recolhidos em contexto habitacional.

5. O Período romano republicano

A existência de uma ocupação tardo-republicana na área de Muge foi sugerida, pela primeira vez, por Jorge de Alarcão, numa breve referência, na sua obra de síntese *Portugal Romano*. “No local das Villae do Porto do Sabugueiro (Muge) (...) recolheu-se cerâmica campaniense que atesta uma ocupação anterior ao século I a.C.” (Alarcão, 1987, p.115).

Os recentes trabalhos de prospecção e escavação permitiram comprovar esta proposta, tendo sido de-

tectada uma impressionante ocupação de época romana republicana, com uma forte e precoce influência itálica.

A análise dos dados de superfície, e em particular da dispersão dos elementos cerâmicos, leva a considerar que as ocupações proto-histórica e romano-republicana apenas se sobrepuseram parcialmente. Com efeito, a última estende-se preferencialmente para norte, para área que se integra já no território do concelho de Almeirim, enquanto a primeira se desenvolveu a Sul, nas proximidades da actual povoação.

Ao contrário do que aconteceu na campanha de 2013, a escavação concretizada em 2010 permitiu identificar contextos preservados, neste caso negativos. Correspondem a uma fossa detrítica de perfil e secção ovalada, cujos materiais recolhidos no seu interior permitiram datar do século II a.C. (Pimenta e Mendes, 2013). Infelizmente, em 2013, não houve oportunidade de detectar quaisquer níveis primários de deposição, ainda que o espólio que, desta época, se recolheu seja muito abundante.

A análise dos dados permite afirmar a precocidade da presença itálica no local, confirmando os dados de outros sítios do vale do Tejo.

Ainda que, maioritariamente, se trate de recolhas de superfície, as evidências são coerentes e homogéneas, encontrando paralelos nas associações atestadas em Lisboa, (Pimenta, 2005) e nas recolhas de superfície levadas a efeito nos Chões de Alpompé (Fabião, 1989, Diogo, 1993, Diogo e Trindade, 1993).

Os materiais que atribuímos a esta fase são compostos essencialmente por inúmeros fragmentos de ânforas, a par de alguns de cerâmica campaniense A (Fig. 11). Entre as ânforas, dominam, de forma esmagadora, os contentores destinados ao transporte do vinho itálico, estando atestados os tipos greco-itálico e Dressel 1. Os preparados piscícolas estão representados por ânforas do tipo Mañá C2b, produzidos na área do estreito de Gibraltar (Fig. 11).

A cerâmica de mesa inclui, como já referimos, vasos de verniz negro importado da Etrúria, bem como copos e taças destinadas a beber, também com origem na costa tirrénica da Península itálica.

Outras cerâmicas, de produção local e/ou regional, enquadráveis entre a fase final da Idade do Ferro e o início do período romano-republicano, completam o quadro formal identificado, concretamente vasos de armazenamento (grandes potes) e outros usados à mesa (jarros e tigelas), mas também na cozinha, para preparar alimentos (Fig. 12).

Os espólios metálicos estão representados por elementos associados à presença militar romana, como é o caso da glande de chumbo recuperada, idêntica na forma e nas características de produção às reconhecidas no Alto dos Cacos, em Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012) (Fig. 10).

Sabemos, por outro lado, que os “detectoristas”, que, infelizmente, actuam na área de forma continuada,

têm vindo a recolher um abundante espólio numismático, de chumbo, bronze e prata, havendo referências orais a numerosas moedas de época republicana, algumas das quais encontradas conjuntamente, permitindo equacionar a existência de “tesouros”.

Em trabalhos anteriores, foi também identificado um exemplar de uma tessera de Ossonoba, de chumbo, cuja cronologia aponta já para um momento consideravelmente avançado desta época (Batata e Gaspar 1993).

O real significado desta ocupação romana tão precoce e com um quadro de importações tão vincadamente itálico merece discussão, quer no seu contexto estritamente local, quer num outro, mais amplo, o do vale do Tejo.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que os materiais republicanos incidem maioritariamente em área desocupada durante a Idade do Ferro o que indicia uma ocupação diferenciada do ponto de vista cronológico. Por outro lado, o espólio identificado apresenta-se bastante coerente no que diz respeito à datação, apontando para uma ocupação maioritariamente centrada na segunda metade do século II a.C., que é compatível com os movimentos militares atestados pelas fontes clássicas para esta área do Vale do Tejo, onde, segundo Estrabão, se teria implantado o quartel general do General que ficaria conhecido como o Galaico, Décimo Júnio Bruto.

Assim, tudo indica que o Porto do Sabugueiro, não sendo um sítio estritamente militar, esteve certamente relacionado com a conquista e romanização desta área do território actualmente português, podendo ter funcionado como porto onde se descarregavam os produtos que abasteceram os exércitos, que, nesta margem do Tejo, se encontravam instalados no Alto do Castelo em Alpiarça. De facto, os espólios recolhidos apontam neste sentido (maioria de importações, quase total ausência de cerâmicas de tradição local), e desaconselham considerar a hipótese de estes materiais puderam corresponder a um processo de romanização da população que neste mesmo local habitou e se enterrou durante a Idade do Ferro. Pelo contrário há fortes indícios de que o grupo humano que estava estabelecido em Porto do Sabugueiro no século II a.n.e. era constituído, maioritariamente, por indivíduos itálicos ou pelo menos oriundos de áreas já plenamente romanizadas.

6. Porto do Sabugueiro - Uma Villa ou um Vicus portuário?

A existência de vestígios significativos de época romana nas imediações da localidade de Porto do Sabugueiro, e mesmo sob o actual aglomerado piscatório, é uma realidade conhecida na literatura da especialidade desde meados do século XX.

Já tivemos oportunidade de referir que as primeiras referências publicadas sobre as ocupações antigas remontam a meados dos anos cinquenta, quando Mário de Saa, na sua obra sobre as vias da Lusitânia

refere:

“No Porto Sabugueiro, 5 km, acima, há, nas barreiras do Tejo, importantes vestígios de povoação romana, visíveis na margem esquerda e, sobretudo, quando as enchentes do rio as revolvem. Mostram-se, então, bancadas de entulho, vasos cinerários, moedas romanas, (que andam aí, nos bolsos de toda a gente), telharia de tegula e imbrex, fornos de aquecimento, com as suas grelhas, canos de alvenaria (...)” (Saa, 1956, p. 160).

Posteriormente, em Março de 1960, aquando da cava para plantação de uma vinha, foram descobertos vários materiais romanos nos terrenos pertencentes à Casa do Cadaval, sobressaindo desta descoberta um pavimento de mosaico (Oleiro, 1960-61, p. 290). Na sequência deste achado, o sítio foi alvo de uma visita pelo Dr. Bairrão Oleiro. O Professor de Coimbra dá-nos nota da sua visita, num artigo dado à estampa na Revista Conímbriga, fornecendo mais algumas informações acerca da cronologia deste sítio: “Em diversas ocasiões se haviam recolhido materiais romanos no Porto do Sabugueiro, materiais esses que podem admirar-se em vitrinas no palácio do Cadaval, em Muge: fragmentos de ânforas, pondera de barro, suportes triangulares de cerâmica e algumas moedas dos séculos III e IV d.C.” (Oleiro, 1960-61, p. 290e 291).

O mosaico, então colocado a descoberto, era visível numa área de cerca de cinco metros quadrados. Da análise que o Dr. Bairrão Oleiro então efectuou, ficou-nos o registo fotográfico e a sua descrição, bem como a sua classificação como um pavimento musivo de época tardia, possivelmente de finais do século III d.C. (Oleiro, 1960-61, p. 293).

Em 1963, o Professor Doutor Jorge de Alarcão efectuou sondagens arqueológicas no local, com o objectivo de averiguar o grau de importância e conservação do sítio romano (Alarcão, 1987 e Cardoso, 1990, p. 153). Nestes trabalhos, o mosaico foi posto a descoberto integralmente, tendo sido detectado o resto de um forno de cerâmica, a cerca de duzentos metros para jusante deste. Na sequência desta campanha, o sítio foi classificado como uma villa Romana (Alarcão, 1987), villa essa, que em meados do século I d.C., teria uma área de produção oleira com alguma dimensão (Cardoso, 1990).

Sobre as suas produções cerâmicas, em especial, ânforas e cerâmica comum, foram já publicados dois estudos que permitem supor o dinamismo deste centro oleiro entre, pelo menos, os meados do século I e o século II d.C. (Cardoso, 1990; Cardoso e Severino, 1996).

Não deixa de impressionar a quantidade e diversidade de materiais de época imperial recuperados no Porto de Sabugueiro, quer de produção local quer importados, bem como as referências várias a colunas de mármore, pavimentos de opus signinum, e a um mosaico. Infelizmente, a intensa actividade agrícola não permitiu a conservação do sítio, e impede ainda hoje quaisquer trabalhos arqueológicos de maior dimensão, em termos de área. Daí que a definição de uma tipologia para o sítio não seja uma tarefa fácil, mas a de porto fluvial parece ser a mais apropriada, não tanto pela conversação do topónimo, mas sobretudo pela localização e implantação topográfica.

Sendo manifestamente impossível apresentar aqui um qualquer estudo mais detalhado sobre o conjunto dos materiais deste momento de ocupação, resta-nos recordar a presença, em várias instituições e ainda no terreno, de um apreciável conjunto numismático datado dos séculos III e IV, de terra sigillata itálica, sud-gálica, hispânica e africana (Fig. 13), de ânforas, de produção local e importadas, de cerâmica comum, de pesos de rede e de tear, de fíbulas, de lucernas (Fig. 14), associado a abundante material de construção, nomeadamente tijolos de quadrante, imbrice e tegula.

Por último, deve chamar-se a atenção para a recolha recente e à superfície de um triente visigótico de ouro, do rei Wamba (672-680), cunhado em Mérida que foi depositado no Museu Nacional de Arqueologia. Encontra paralelos no n.º 479 do Corpus Nummorum Visigothorum (Vico Monteoliva et al. 2006, p. 486).

- Anverso busto de perfil
- Reverso Cruz latina sobre três degraus, com a legenda

- † I·D·IN·M· EVVAMBA REX
- † EMERITAPIVS flor estelizada

7. Considerações Finais

O Porto do Sabugueiro constitui-se como um importantíssimo sítio arqueológico, com uma ocupação humana consideravelmente extensa em área e muito prolongada no tempo. Esta situação resulta, sem dúvida, de um conjunto de factores, factores que podem ter sido ser diversos ao longo da diacronia.

Parece evidente que a presença de indústria microlítica em Porto do Sabugueiro deve relacionar-se directamente com a ocupação que os concheiros de Muge deixaram plasmada, não havendo muito a discutir a seu propósito.

Mais complexa é a situação de referência para a Idade do Ferro. Havendo dados que permitem afirmar uma instalação ex nihilo, resta compreender as suas motivações, não perdendo de vista as características orientalizantes de que se revestem os espólios recolhidos. A implantação ribeirinha e em área plana (ainda que muito ligeiramente destacada relativamente à planície aluvial envolvente) deve ser sublinhada, até porque não se diferencia, substancialmente, de outras coevas e similares, localizadas em área próxima, na mesma margem do Tejo, nos concelhos de Almeirim (Quinta da Alorna, Alto dos Cacos) e de Alpiarça (Cabeço da Bruxa). Em todos os casos, tudo indica que se privilegiou o controle do rio, via natural de penetração para um interior rico em metais. Ainda assim, não deve esquecer-se que a riqueza agrícola destes terrenos, uma das regiões mais férteis de toda a Península Ibérica, pode também ter tido influência na selecção, quando sabemos que um aumento demográfico significativo teve lugar no início da Idade do Ferro (Arruda, 1999-2000, 2003). No caso concreto do Porto de Sabugueiro, outras vocações podem

ser tidas em consideração, até porque, através da Ribeira de Muge, se tem acesso à Serra de Almeirim, concretamente a uma área onde são conhecidos diversos vestígios de exploração de ferro. Para além do topónimo há, em Ferrarias, áreas de acumulação de escórias, justamente de ferro, junto das quais existem vestígios romanos.

Assim, a fundação do Porto de Sabugueiro nos finais do século VII / inícios do VI a.n.e. poderá estar vinculada, também, a uma área portuária, por onde se escoariam metais e produtos agrícolas, estes últimos com origem na área circundante. Um porto fluvial que ganhou importância e terá justificado também a sua relevância em momentos mais tardios, de época romana.

Estas actividades terão permanecido importantes no decorrer da Idade do Ferro (séculos V a III a.n.e.), mas a elas foram associadas outras, concretamente a produção oleira, de que há apenas testemunhos indirectos (uma forma específica de ânfora, registada de forma muito abundante), e de artefactos de adorno de vidro. Como já antes referimos, as inúmeras contas de vidro, algumas delas inacabadas e com deficiências de fabrico, bem como a existência de escória de vidro, são bons argumentos no momento de defender esta hipótese, cuja fundamentação não passa, infelizmente, pela presença de estruturas inegavelmente associadas a esta “indústria”.

A vocação portuária manteve-se fundamental na época romana, muito especialmente durante os momentos republicanos. Mas a industrial ganhou peso a partir de meados do século I da nossa era.

O abandono do sítio na Antiguidade Tardia parece evidente, mesmo que um documento medieval refira a existência de uma Torre em Porto do Sabugueiro. Mas a verdade é que a transferência da população para a margem direita da Ribeira de Muge, pode ser defendida, até porque há vestígios de época islâmica no jardim do Palácio da Casa do Cadaval (Gonçalo Lopes, neste mesmo volume). Por outro lado, é a Muge que D. Dinis outorga, em 1304, carta de Foral, o que revela ainda a importância deste último sítio em plena Idade Média, importância que pode estar directamente relacionada com a que herdou do Porto de Sabugueiro (Batata e Gaspar, 1993).

Os autores agradecem à Casa do Cadaval toda a colaboração prestada durante as intervenções arqueológicas e muito especialmente à Senhora Condessa Dona Teresa Schönborn-Wiesentheid, pela hospitalidade e amabilidade.

Bibliografia:

ALARCÃO, J. (1987) – Portugal Romano. Lisboa.

ALMAGRO GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M. (2009) - Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión. Estudios Arqueológicos de Oeiras, 17, p. 521-554.

ARRUDA, A. M. (1994) – Lisboa Subterrânea. Lisboa.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.). Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.

ARRUDA, A. M. (2003) - Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In Ecohistória del paisaje agrario – la agricultura fenicio-púnica en el mediterráneo. Valência, p. 205-217.

BATATA, C.; GASPAR, F. (1993) – Novos dados sobre a estação arqueológica de Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). O Foral. Conselho de Salvaterra de Magos da Pré-história ao século XVIII. Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, p. 24-34.

CARDOSO, G. (1990) - O forno de ânforas de Muge. In Les amphores Lusitaniennes Typologie, Production, Commerce. Actes des Journées d'Etudes tenues à Conimbriga les 13 et 14 octobre 1988. Museu Monográfico de Conimbriga, p. 153-166.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) - O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In FILIPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, eds. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado. Seixal: Câmara Municipal; Lisboa: Dom Quixote, pp. 167-178.

OLEIRO, J. M. B. (1960-1961) - Achados arqueológicos no Porto do Sabugueiro (Muge, Ribatejo). Conimbriga. Coimbra. 2-3, pp. 48-51.

PEREIRA, M. A. H. (1975) – Objectos Egípcios do Porto do Sabugueiro (Muge). Conímbriga. XIV, p. 173-176.

PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2008) – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. Vol. 11. Número 2, p. 171-194.

PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2013) – 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. CIRA Arqueologia N.º2, p. 195-219.

RAMON TORRES, J. (1995) – Las Ânforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental. Col. Lección Instrumenta. 2. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.

SAA, Mário (1956) - As Grandes Vias da Lusitania. O Itinerário de Antonino Pio. Tomo I. Lisboa: Tipografia da

Sociedade Astória.

SOUSA, E.; PIMENTA, J. (no prelo) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro.

VICO MONTEOLIVA, J; DORES GOMENDIO, M. C.; CORES URÍA, G. (2006) - *Corpus nummorum visigothorum* : ca. 575-714 : Leovigildus – Achila. Madrid.



Figura 1. Localização de Porto do Sabugueiro no Estuário do Tejo



Figura 2. O sítio arqueológico de Porto do Sabugueiro



Figura 3. Indústria lítica do Mesolítico



Figura 4. Artefactos de pedra polida



Figura 5. Escaravelho e escarabóide (segundo Pereira, 1975)

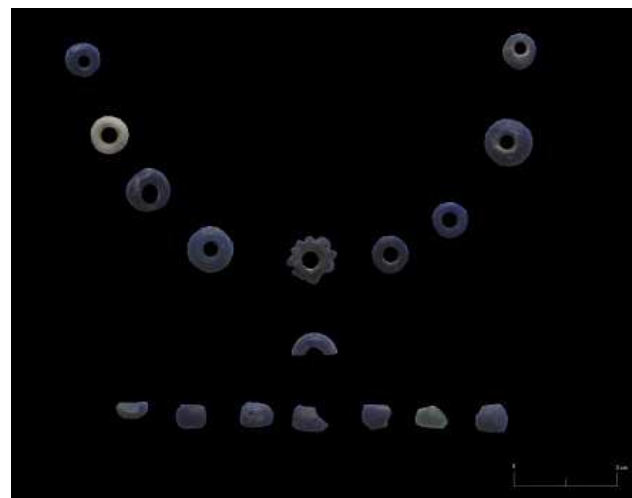


Figura 6. Contas de colar de vidro azul

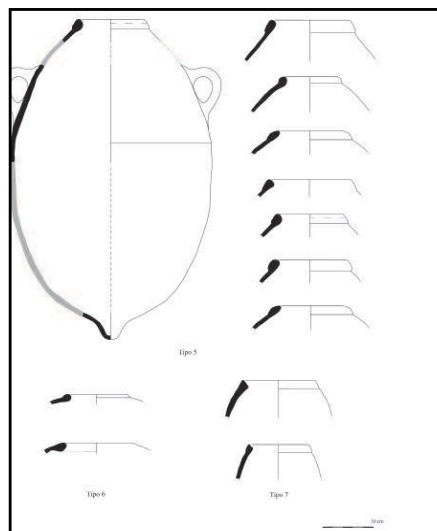


Figura 7. Ânforas da Idade do Ferro (segundo Sousa e Pimenta, no prelo)

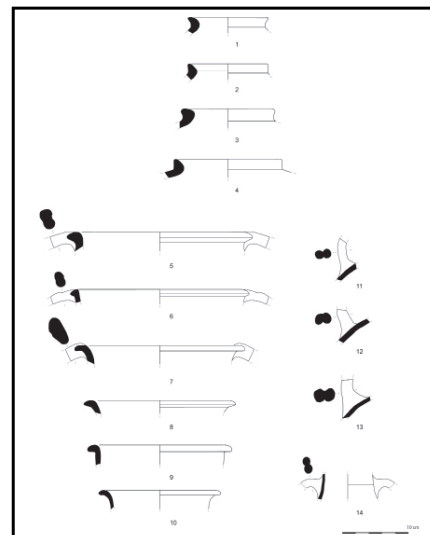


Figura 8. Materiais da Idade do Ferro: ânforas, pithoi e urna Cruz del Negro (segundo Pimenta e Mendes 2008)

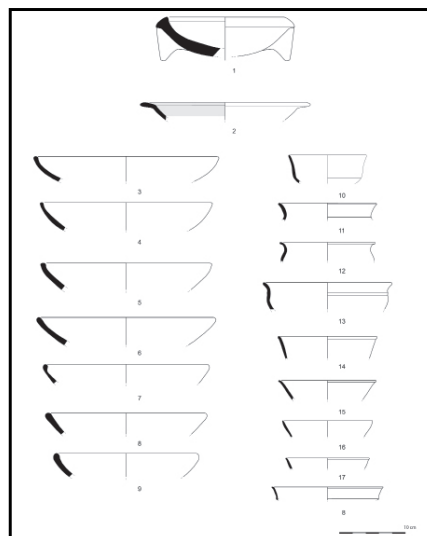


Figura 9. Materiais da Idade do Ferro: tripode, taça de engobe vermelho e cerâmica cinzenta (segundo Pimenta e Mendes 2008)

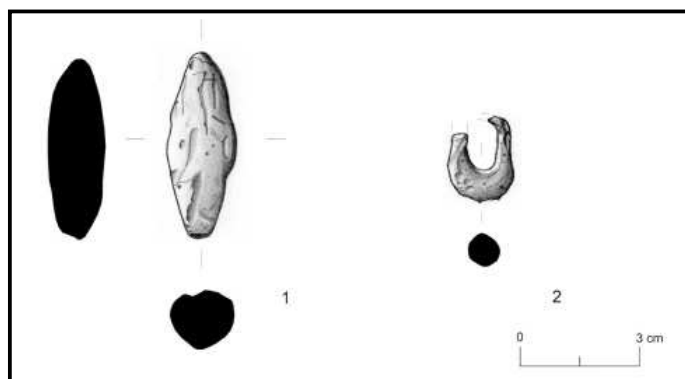


Figura 10. Glande de chumbo de época republicana e elemento de colar de tipo xorca

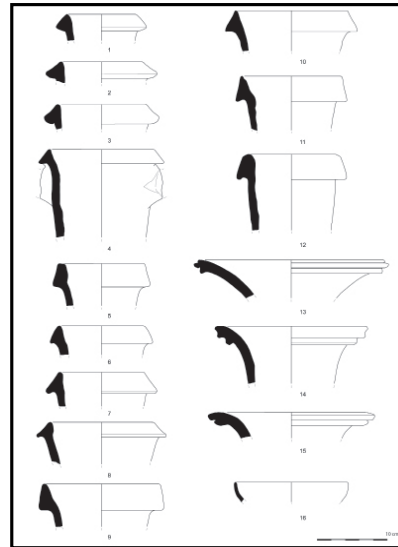


Figura 11. Ânforas republicanas itálicas e gaditanas (segundo Pimenta e Mendes 2008)

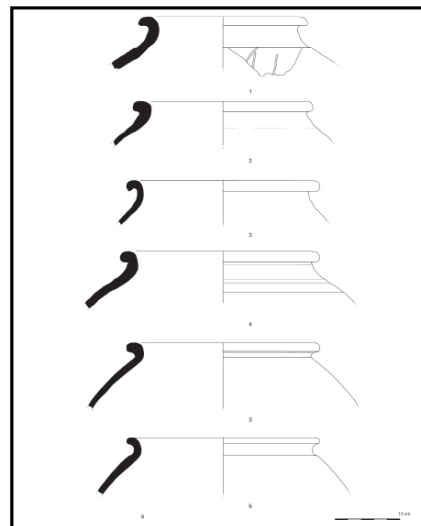


Figura 12. Cerâmica comum de época republicana de produção local / regional (segundo Pimenta e Mendes 2008)

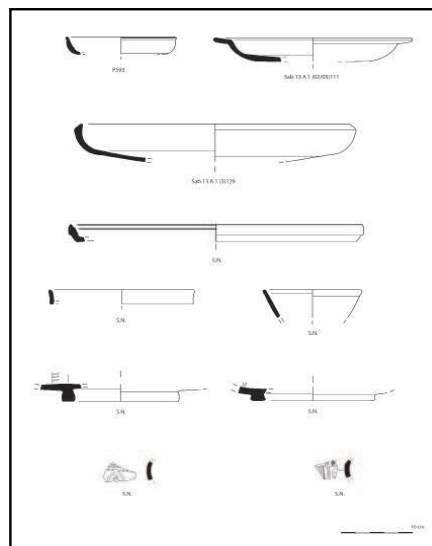


Figura 13. Terra sigillata itálica, sud-gálica, hispânica e africana

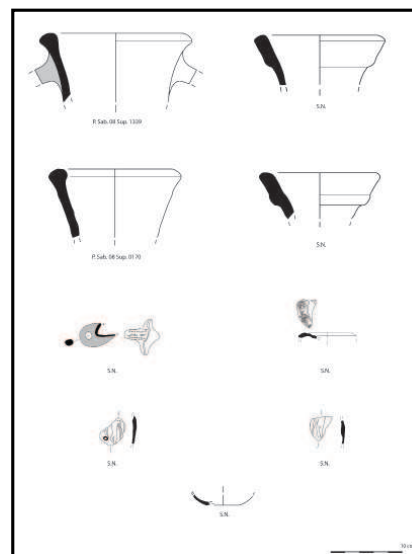


Figura 14. Ânforas e lucernas de época imperial